



Periodicidade: Diário	Temática: Economia
Classe: Informação Geral	Dimensão: 356
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 56361	Página (s): 32

Fuga ao fisco era “chique”, “bem” e “sofisticado”

Furacão. Acusado de 16 crimes de fraude fiscal, desculpa-se com “contexto social”

CARLOS RODRIGUES LIMA

No final dos anos 1990, era “chique, era bem, era inteligente, era sofisticado, era distintivo, era de classe social superior” fugir ao fisco. Não através da corriqueira evasão fiscal, mas sim pelo “planeamento ou elisão fiscal”, que nada tinha que ver com a evasão. Nesse temp, até os “fiscalistas”, os especialistas, “sorriam com um esgar de complacente superioridade quando os neófitos perguntavam se X conduta não constituía um comportamento criminoso”.

Foi dentro desta linha de argumentação que Tiago Vaz Mascarenhas, acusado de 16 crimes de fraude fiscal qualificada no primeiro caso da “Operação Furacão”, apresentou a sua defesa no Tribunal Central de Instrução Criminal.

Segundo o respetivo requerimento de abertura da instrução, assinado pelo advogado Nuno Godinho de Matos, o arguido, que trabalhava com o principal suspeito do esquema de fuga aos impostos, o gestor Diogo Viana, apenas se limitava a cumprir ordens e instruções deste último, não tendo qualquer tipo de autonomia para decidir por si só.

Grande parte da defesa apresentada em tribunal – e na qual o próprio advogado não faz muita fé que convença o juiz Carlos Alexandre, dizendo que só a apresentou na fase de instrução “para inserir” o ponto de vista do arguido para o juiz de julgamento não estar apenas contaminado com a versão do Ministério Público – assenta na tese de que, à data dos factos imputados na acusação (1999-2003) o crime de fraude fis-



Processo está nas mãos do juiz Carlos Alexandre

JOÃO GILRÃO/GLOBAL IMAGENS

cal era desvalorizado socialmente e até grandes bancos ofereciam serviços de “planeamento fiscal” agressivo entendido, hoje, como fraude. “As diferentes soluções de planeamento fiscal eram perfeitamente standardizadas, iguais na Finantlatic [onde o arguido Tiago Vaz Mascarenhas trabalhava], no BES e no BCP, e noutras

instituições”, segundo alegou o advogado Nuno Godinho de Matos. Recorrendo uma vez mais aos “fiscalistas”, o defensor alega que os tais especialistas, à altura, escreviam que o “planeamento fiscal não era crime, sendo uma conduta lícita”.

Tiago Vaz Mascarenhas refuta a tese da acusação, no sentido de ter

PROCESSO

Muitos milhões, poucos acusados

↳ Nascido em 2005, o processo conhecido por “Operação Furacão” prometeu muito, mas até agora só produziu uma única acusação. Isto até pode ser explicado com o facto de a lei permitir a quem reconheça ter fugido ao fisco pagar o que deve, acrescido de uma multa, e ver-se livre da perseguição criminal, o que aconteceu em relação a vários suspeitos (individuais e empresas). Daí o número recorde amealhado em pagamentos ao Estado: cem milhões de euros nos últimos anos. A atriz Marina Mota e o empresário Miguel Pais do Amaral foram dois dos suspeitos que aderiram a esta modalidade.

sido um dos impulsores do esquema de fraude fiscal. “Um cidadão normal, perante tal acusação, o melhor que tem a fazer é emigrar”, diz. Antes disso, porém, o processo ainda vai passar uns meses no Tribunal Central de Instrução Criminal. Alguns arguidos pediram o arquivamento, afirmando estarem dispostos a pagar o que devem.